

# INFORMAÇÃO PARA MUDANÇA SOCIAL

## *INFORMATION FOR SOCIAL CHANGE*

Gilvando Sá Leitão **Rios**<sup>1</sup>  
Emeide Nóbrega **Duarte**<sup>2</sup>  
Denise Gomes Pereira de **Melo**<sup>3</sup>

### **Resumo**

Aborda a questão da informação vista como mercadoria, produzida pela mídia e a informação não mercadoria, que visa a mudança social. A partir da entrevista realizada com o Coordenador do CEDOP - Centro de Documentação e Publicação Popular da Paraíba - constatou-se que a produção da organização é voltada para informação imbuída de caráter político visando a transformação social. Trata, ainda, da atuação do CEDOP com o teatro e o vídeo popular como forma de alcançar as comunidades socialmente marginalizadas. Conclui-se que, a atividade do CEDOP tem um caráter supletivo inovador, funcionando como uma arma da informação, pelo seu conteúdo político e sua linguagem acessível.

### **Palavras chave**

**INFORMAÇÃO MERCADORIA**  
**INFORMAÇÃO NÃO-MERCADORIA**

### **INTRODUÇÃO**

A informação é um dos componentes do que se denomina globalização. Em termos de mídia a informação é sobretudo uma mercadoria, a quantidade prevalecendo sobre a qualidade. Com a mundialização da economia ocorre o que alguns chamam a “sociedade da informação global” (*global information society*). Segundo Ramonet (1997) esta se desenvolve à medida em que se acelera a expansão das tecnologias da informação que tendem a invadir todos os domínios da atividade humana e a estimular o crescimento dos principais setores econômicos. Uma “infra-estrutura da informação global” (*global information infrastructure*) se expande como uma teia em escala planetária. Ela estimula

---

<sup>1</sup> Professor Visitante do Curso de Mestrado em Administração e Comunicação Rural da *Universidade Federal Rural de Pernambuco* (UFRPE).

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da *Universidade Federal da Paraíba* (UFPB).

<sup>3</sup> Professora do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da *Universidade Federal da Paraíba* (UFPB).

a interligação de três setores tecnológicos - informática, telefonia e televisão - que convergem e se fundem na multimídia e na Internet.

Estima-se que, em 2001, o número de utilizadores da Internet, oscilará entre seiscentos milhões e um bilhão, contando a rede com mais de cem mil *sites* comerciais. O faturamento das indústrias de comunicação que era de um bilhão de dólares em 1995, poderia se elevar em cinco anos a dois bilhões, cerca de 10% da economia mundial. Para se ter um idéia, segundo Pereira Filho (1998), só nos Estados Unidos, o número de canais de TV, saltou de três para 43, entre 1950 e 1996, representando um aumento de 1,433%.

As telecomunicações de base representam um mercado de quinhentos e vinte e cinco bilhões de dólares, crescendo de 8% a 12% ao ano, e constitui um dos domínios mais rentáveis do comércio mundial. Em 1985, o tempo consagrado pelos usuários no mundo às telecomunicações (para falar, passar um fax ou expedir dados) era de quinze bilhões de minutos e em 2000 ele ultrapassará os noventa e cinco bilhões de minutos.

Em dezembro de 1996, na reunião ministerial da *Organização Mundial do Comércio* (OMC) realizada em Singapura, recomendava-se “*uma inteira liberalização do conjunto dos serviços de telecomunicação, sem nenhuma restrição geral*”. Ramonet (1997, p.24) assinala que

*“em trinta anos o mundo produziu mais informação do que no curso dos cinco mil anos anteriores... Um único exemplar da edição dominical do New York Times contém mais informação do que poderia adquirir durante toda a sua vida um europeu do século XVII. Cada dia cerca de vinte milhões de palavras de informação técnica são impressas sobre diversos suportes (revistas, livros, relatórios, disquetes, CD-ROM). Um leitor capaz de ler mil palavras por minuto, oito horas por dia, gastaria um mês e meio para ler toda a produção de um único dia e, ao fim desse período, teria acumulado um atraso de cinco anos e meio de leitura.”*

O autor se pergunta se a comunicação não já ultrapassou seu nível de otimização, pois a informação tornou-se, como o ar e a água, o elemento mais abundante do planeta. Cada vez menos cara, à medida que seu fluxo aumenta, hoje apresenta-se poluída e contaminada.

*“Durante muito tempo a comunicação libertou, porque ela significava (depois da invenção da escrita e da imprensa) difusão do saber, do conhecimento, das*

*leis e das luzes, da razão contra as superstições e os obscurantismos de toda espécie. Dabora por diante, impondo-se como obrigação, absoluta, inundando todos os aspectos da vida social, política, econômica e cultural, ela exerce uma espécie de tirania. E tem a tendência de tornar-se uma das grandes superstições de nosso tempo,”* (Ramonet, 1997, p.24),

ainda mais quando se sabe que conhecimento é poder. Daí porque poder político tende a controlar o conhecimento. É uma questão qualitativa pois, que se coloca face a nova ideologia do tudo - comunicação. Nesse contexto da chamada *sociedade da informação* coexiste uma *sociedade da desinformação*, cuja superação pressupõe a utilização da informação não-mercadoria. Certas organizações não-governamentais (ONGs) em contraposição às grandes empresas de comunicação têm se dedicado à produção desse último tipo de informação com fins de mudança social. Segundo Carvalho (1991), o acesso adequado à informação é condição básica para o funcionamento de uma política democrática que favoreça os direitos do cidadão. O que se observa na prática dos países em vias de desenvolvimento é uma fragilidade na organização política e uma clara degeneração das práticas políticas que excluem as camadas menos favorecidas. Reside no processo educacional o início das barreiras que impedem a comunicação e a informação a serem plenamente exercidas. No que diz respeito à mudança social, Fernandes (1974, p.16-17) diz que a mesma pode ser “progressiva” ou “regressiva”, o que está em jogo não é se ocorrem ou não mudanças, mas a sua qualidade, sua natureza, sua direção, pois muitas vezes são incentivadas “*mudanças direta ou indiretamente subordinadas aos interesses e aos valores sociais das camadas dominantes na estrutura de poder.*” Esse autor destaca que não se deve aceitar passivamente (e isto ele coloca como uma exigência ética) o que o mesmo chama de “*tendências do desenvolvimento que, no fundo, asseguram vantagens certas apenas às camadas que se beneficiam diretamente da ordem social existente.*”

O homem não nasceu para viver em condições sub-humanas de vida, quando isso acontece ele sente que está vivendo um processo de opressão, então luta em busca de liberdade, pois o desejo de libertar-se de estruturas sociais que não permitem viver uma

vida verdadeiramente humana é o passo principal no processo de conscientização do homem. (Araújo, 1994).

A informação deve caminhar ao lado do homem na construção da cidadania, pois o acesso a esta é primordial para o indivíduo se tornar um cidadão, uma vez que o direito à informação antecede a prática de direitos humanos. Esse acesso não deve ser apenas a nível individual, mas também coletivo, a partir do fato que o homem vive em sociedade.

O trabalho desenvolvido pelos Centros Populares de Documentação e Comunicação, geralmente ligados às ONGs, objetiva levar a informação às classes populares, em linguagem simples e compreensível, como também o direito de produzir informação. Rocha (1994, p.752) afirma que: *“a informação e cidadania estão vinculadas à democratização da informação e, esta, concretizada através da documentação popular, surgida nas décadas de 70 e 80, não só no Brasil como em toda a América Latina.”* É essa documentação, classificada de popular, imbuída de conteúdo político, que é produzida pelo CEDOP com vistas a ajudar os meios populares a decodificar a realidade.

### **O CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PUBLICAÇÃO POPULAR DA PARAÍBA (CEDOP)**

A primeira proposta de criação de um serviço de informação, documentação e publicações populares surgiu durante a 9ª Assembléia Pastoral da Arquidiocese da Paraíba, em 1978, que se constituiu no CEDOP. Nesse período, o país vivia momentos de repressão e a Igreja, que reafirmou sua opção pelos pobres, era o espaço utilizado pelas pessoas na organização dos trabalhadores do campo e da cidade, por meio da informação, tendo assim, o CEDOP um papel fundamental na formação política desses trabalhadores. Nessa ocasião, vem a tona o movimento sindical, que se consolida com o surgimento do Partido dos Trabalhadores.

Lima (1996) assinala que o CEDOP nasceu da necessidade dos que faziam a Igreja da Paraíba e o que foi uma idéia, aos poucos tomou forma e unidade, funcionando como um termômetro que se alterava conforme a história do povo, trabalhando como um

agente facilitador de informação, tendo como objetivo apoiar, documentar e divulgar a cultura, a organização e a luta popular no campo e na cidade.

Em 1980, o CEDOP inicia o seu trabalho de fato como um centro que aborda a questão da documentação e publicação. Trabalhar com documentação popular é ir ao local onde os fatos acontecem visando documentar a história dos movimentos. Diante da necessidade de se trabalhar com pessoas analfabetas tornou-se imprescindível utilizar nova linguagem, eu viesse facilitar o processo de educação política das bases, daí a opção pelo audiovisuais, ao invés apenas da produção escrita.

O CEDOP inicia uma abertura para outras formas de organização, não necessitando mais desenvolver seus trabalhos totalmente vinculados à Igreja. Tudo isso aconteceu a partir de 1985, ano em que marca o término do regime militar no país e conseqüentemente a consolidação dos movimentos sociais. Uma nova estrutura organizacional passou a compor o CEDOP: setores de Publicações, de Serigrafia, de Audiovisual, de Teatro Popular e de Documentação e Arquivo. Dentre estes, o que mais recebeu atenção foi o de Audiovisual, facilitando o acesso da informação ao público que o CEDOP objetivava atingir.

As pessoas que integram os Centros de Documentação Popular possuem além de uma determinação com relação aos objetivos a atingir, também uma história de militância nos movimentos populares, aptidão para desenvolver as várias atividades inerentes a esses centros, gosto pelo que fazem, interesse para o aprendizado e vocação para desenvolver trabalhos em grupo.

O CEDOP constituiu-se em 1992, em uma entidade civil, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica e estatuto próprio, passando então a ter autonomia financeira e administrativa, o que foi muito bom pois permitiu ampliar seu atendimento, fiel aos objetivos que levaram a Diocese a criar forma, surge mais essa organização.

Dessa forma, surge mais uma organização não-governamental visando o fortalecimento dos movimentos populares, com experiência acumulada através das atividades desenvolvidas pela equipe comprometida com as causas populares e contando com uma infra-estrutura já consolidada.

Apesar de ter uma equipe reduzida, o CEDOP desenvolve um volume expressivo de trabalhos, fazendo papel de arquivo vivo dos movimentos populares, através de vídeo e usando o teatro como veículo de conscientização.

Como as demais ONGs, o CEDOP depende da aprovação de seus projetos pelas agências financiadoras internacionais para desenvolver suas atividades, porém enfrenta dificuldades na tentativa de sua auto-sustentação, como afirma o presidente do CEDOP, Helington Santana, que entrevistamos no dia 09 de maio de 1997:

*“...eles querem que a gente esteja lá com o telão e tem um projeto nosso, que a gente tá esperando dinheiro, porque a gente também trabalha com dinheiro do exterior, porque só o dinheiro daqui não dá para viver, então a gente tá esperando do governo belga um dinheiro para... já foi aprovado um projeto que a gente chama ‘Abra o Olho’...”*

Apesar de sua autonomia, o CEDOP ainda é visto como uma organização ligada à Igreja, em função desta ser a principal consumidora dos produtos oferecidos, o que não acontece com os movimentos sociais. O CEDOP não conseguiu fazer ainda um contato mais abrangente com os sindicatos, universidades e também faltam a esses movimentos recursos financeiros para utilizar os serviços.

### **Atividades desenvolvidas pelo CEDOP**

No início, as atividades do CEDOP estavam estritamente voltadas à Igreja, atingindo Pastorais, Movimentos, Associações, Comunidades Eclesiais de Base (CEB), Paróquias, as Zonais ligadas às próprias Paróquias, aos diversos Conselhos da Arquidiocese e o Bispo.

Enquanto serviço ligado à Igreja, O CEDOP produziu publicações enfocando temas da “Campanha da Fraternidade” desde 1980, com o aval do Bispo Arquidiocesano. Este material era fruto de uma releitura de livros produzidos a nível nacional, pela CNBB, enfocando a realidade local, com uma linguagem popular priorizando a utilização de ilustrações que pudessem ajudar nas reflexões em virtude das pessoas a quem se dirigiam serem semi-analfabetas ou totalmente analfabetas. Com o desligamento do CEDOP da

instituição Igreja, esses livrinhos deixaram de ser produzidos, dando lugar à produção de vídeos.

Uma outra publicação que merece destaque é a intitulada “Mutirão da Vida”, com objetivo de tornar o “Boletim Arquidiocesano” Mais popular, enfocando a vida da comunidade e da sociedade organizada. Sua tiragem inicial foi de 500 exemplares, embora tenha chegado a 5.000 exemplares/ano. O que determinou o aumento no número de publicações foi o conteúdo político, por abordar a questão da Educação Política, de acordo com a proposta da “Teologia da Libertação”. Esta produção tinha a periodicidade mensal.

As informações tratadas no “Mutirão da Vida” eram sempre ligadas às classes populares, porém o CEDOP enfrentava e enfrenta dificuldades à medida que essas comunidades não estão acostumadas a serem notícias e não percebem a importância do registro de suas lutas, suas vitórias e derrotas visando encorajar outros movimentos.

Esta publicação existiu em forma de jornal até 1991, último ano em que o CEDOP foi ligado à Igreja, tendo sido substituída pelo antigo “Boletim Arquidiocesano”, que abordava assuntos internos da Igreja. O conteúdo do “Mutirão da Vida” deixou de ser impresso e passou a fazer parte do “Noticiário Arquidiocesano”, que tinha como veículo de comunicação a televisão, porém sem tanta liberdade de expressão quanto na época do jornal.

Além da produção impressa, o CEDOP trabalha com Vídeo e Teatro Populares, que passaram a ser as principais atividades do CEDOP, por conseguirem uma comunicação mais eficaz junto às classes populares.

A prática do uso de vídeos pelos movimentos populares requer qualidade do que é apresentado, enfocando problemas, as falas e as pessoas da comunidade em questão. Vale salientar que a proposta do CEDOP não é apenas a de realizar trabalhos em momentos de tensão social, mas de acompanhar a luta dos movimentos, registrando e divulgando a trajetória dos negros, dos sem terra, das mulheres, das crianças, do movimento sindical, dos índios através de vídeos como os citados a seguir: “Ouvi o clamor desse povo negro”, “Nós posseiros de Bela Vista”, “Mulher”, “Sementes de uma nova vida”, “Greve na construção civil” e a “A luta do povo potiguara”, respectivamente.

A produção de vídeos enfoca problemas a partir da necessidade sentida pelos que fazem o CEDOP ou o vídeo é produzido a pedido de alguma organização, mas sempre ligado a questão popular e muitas vezes, contando com a participação do povo na própria produção, como explica o entrevistado, presidente do CEDOP:

*“... no ano passado, deu um trabalho assim extraordinário, com os deficientes visuais. Eles queriam um vídeo para sensibilizar a sociedade sobre a capacidade deles, que eles não eram coitadinhos... a questão era ‘nós não somos coitadinhos’, nós precisamos que a sociedade nos veja como pessoas que podem, estar em todas, é só abrir espaço. Aí fizeram o roteiro, Joana [Belarmino] que fez. Joana da Universidade. Joana ajudou a fazer o roteiro, a música foi de Beto, Beto Melo, cego, e eles definiram todas as locações. Definiram o título, definiram tudo, então agora a gente vai colocar esse vídeo para frente, então é uma forma do pessoal participar do processo.”*

O CEDOP amplia o seu acervo de vídeo e sua experiência através do intercâmbio que é feito com outros grupos que trabalham com o vídeo popular e por ter se filiado a ABAV (Associação Brasileira de Vídeo Popular), isto possibilitou a organização de uma videoteca alternativa, talvez a única no Estado da Paraíba.

Uma outra atividade desenvolvida pelo CEDOP, desde 1985, é aquela em que o oprimido passa a ser o principal personagem em cena, onde tem a intenção de se posicionar politicamente sobre os problemas que enfrenta no dia a dia. Essa atividade se denomina Teatro Popular. Com texto simples, clareza, objetividade, o teatro é montado por quem se interesse por essa atividade, geralmente agentes de pastoral, trabalhadores, pessoas da comunidade. Tudo isso é uma forma de se engajar no processo de transformação do homem em cidadão.

Através do tema abordado o que se pretende no Teatro Popular é utilizar a arte como instrumento político e não apenas um divertimento. Uma característica dessa atividade é “ir aonde o povo está”, criando seus próprios espaços cênicos e buscando a participação do povo.

O Teatro Popular é um serviço oferecido pelo Centro, para isto foi criado o Departamento de Teatro Popular a fim de desenvolver melhor a atividade, promover cursos, oficinas e assessorias de teatro.

O CEDOP trabalha em função da existência de grupos que se articulem enquanto movimento de teatro popular para que as peças sejam produzidas e o Centro participa no patrocínio e na divulgação.

### **Produção da informação como instrumento de mudança**

A informação produzida pelo CEDOP pela linguagem do vídeo ora tem uma função supletiva inovadora e surpreendente num processo de pesquisa em termos de análise dos dados, ora é um instrumento de avaliação num contexto de luta pela terra. Os trechos da entrevista já citada ilustram as características da produção do CEDOP, sendo conservadas as expressões da linguagem oral utilizada.

*“Tá havendo uma pesquisa sobre qualidade de vida em área de assentamento, são doze assentamentos que estão sendo pesquisados, terminou a primeira fase agora, isso são mais de oitocentas famílias e cada família responde em torno de cento e oitenta perguntas, cento e oitenta questões para visualizar como é que está a vida do pessoas que conquistou a terra e aí se decidiu que uma das formas de devolução da pesquisa, além de todo material escrito que vai ter na Universidade, então vai ter também quatro vídeos para devolver aso agricultores. O que a gente tá fazendo? Tá esperando agora pelos dados, que eles prometeram agora, no fim de maio, e aí os professores vão dar os dados que são mais significativos da pesquisa e em cima desses dados a gente vai fazer as imagens. E dois professores, aliás, quatro professores e quatro agricultores vão fazer a análise desses dados. Em cada vídeo tem dois, um casal, um agricultor e um professor. E a gente disse: olha para nós não importa se a leitura do agricultor não vai bater com a leitura do professor, o importante é que cada um diga o que percebe a partir desses dados, então tá todo mundo assim esperando o que vai acontecer, de modo que a gente não sabe e a leitura que o professor vai fazer não é a leitura dele, é a leitura e uma equipe de onze professores. Eles se juntam, vão fazer uma leitura e um vai apenas apresentar, o que tem mais facilidade de comunicação. A gente combinou que, entre vocês fulano, fulano e fulano tem mais facilidade de comunicação, então esses que a gente quer trabalhar com eles. Para fazer vídeo na hora da fala com os agricultores e selecionamos também os agricultores que vão falar. Agora, que análise os agricultores irão fazer a gente também não sabe. (Risos) Pode se chocar na hora com os professores e pode também sair um casamento perfeito. Esse é um jeito que a gente tenta para abrir o máximo de participação, de tomar decisões juntos, de selecionar imagens (...) são usuários que trabalham também na co-produção (do CEDOP).”*

Quanto à segunda situação, isto é, informação como instrumento de avaliação, o presidente do CEDOP se referindo ao caso de conflito de terras em Tabatinga (PB) descreveu a participação desta ONG com a utilização do vídeo:

*“Os agricultores disseram, a gente quer ver, vai ter a festa de um ano de entrada da gente na terra, faz um ano que a gente entrou na terra, então a gente vai fazer uma festa. E a gente perguntou: e a que horas vai ser exibido o vídeo? A gente precisa de uma exibição de vídeo às três horas da manhã, porque a festa começa às três horas da manhã, quer dizer, não é hora de se ver vídeos (risos) para o cidadão que mora na cidade. Tá bom, saímos à meia-noite, dormimos lá, um pedaço, lá numa latada para às três horas da manhã colocar o telão em ação, porque os agricultores começavam a festa de madrugada, nesse horário. Mas era vendo a própria história deles, então era um momento muito forte porque é ... o grupo faz uma retrospectiva. Você começa a rever imediatamente em vinte minutos, em trinta minutos aquela história que durou um ano de conflito. Então é um momento de dor, mas também de alegria, porque o pessoal vai se reconhecendo, vendo sua resistência e outras vezes, não é só para festas, é para momentos de avaliação. O vídeo é convidado, a gente é convidado... Olha tem tal grupo que quer avaliar sua prática e vocês têm o vídeo aqui, desse grupo, então a gente leva e o grupo, então, vai ver os erros e os acertos que eles deram.”*

Em outras ocasiões, o vídeo se transforma numa verdadeira arma da informação. Parafraseando Bourdieu (1980, p. 95) segundo o qual “se o sociólogo tem uma função, seria antes a fornecer armas do que a de dar lições”, o CEDOP maneja a informação colocando a transparência:

*“Outra vez o vídeo é utilizado para... como testemunha ocular dos crimes da polícia, porque a gente tá muito em cima da questão do campo, então quando a gente sabe que vai haver um conflito, aliás um confronto com a polícia, termina sempre em confronto, então a gente chega primeiro porque aí a polícia não vai dizer que a gente não faça. Quando diz assim: a polícia vai tá lá às oito horas, então às quatro a gente já está no campo, porque aí a gente chega primeiro e ela não vai tirar vocês. Se você fosse chegar depois... não, (ela, a polícia) impede; então essa coisa também a gente faz, de chegar cedo para esse registro e esse material tem sido muito utilizado também em julgamentos. Então acontece... por exemplo, esse caso aqui da praça, aquele absurdo da praça que aconteceu na Micarande, no dia 9 de setembro<sup>4</sup>. Mandaram bater nos*

---

<sup>4</sup> O entrevistado se refere ao episódio de evacuação, por soldados da polícia militar, de agricultores acampados na Praça 1817 situada defronte do Palácio do Governo, no centro de João Pessoa. Isto ocorreu às vésperas do evento turístico do chamado carnaval fora de época.

*agricultores que estavam acampados, então a gente não pegou as imagens porque a nossa câmara, até agora, o governo não devolveu e ele disse que devolveu a todo mundo, mas não devolveu a nossa. Quebrou a câmara, a gente soube que a câmara tá no comando da polícia e que não puderam mais abrir. Mas não foi devolvida nossa câmara, mas a gente, no dia seguinte de manhã, a gente então foi ao acampamento, o pessoal foi transportado lá (...) e a gente então gravou com os agricultores o acontecido. Esse material então foi para a OAB Nacional<sup>5</sup>, quer dizer, fizemos um vídeo, juntamos com o dossiê que o Comitê fez e ... Olha, tá aqui, essa é a nossa parte enquanto pessoas que trabalham com comunicação.”*

Noutras circunstâncias o vídeo serve suplementarmente como informação contextual de estímulo à luta por mudanças:

*“Outras vezes acontece de ocupação do INCRA<sup>6</sup>, então a gente leva o vídeo para dentro do INCRA e deixa lá, enquanto tem agricultor a gente vai deixando a luta... vídeos e vídeos, que não precisa ser a luta deles mas também a luta de outros, então a gente mostra lutas e lutas enquanto eles estão lá acampados. Aconteceu também, índios ocuparam a FUNAI<sup>7</sup>, então tome luta da questão da terra e da questão indígena. Dentro da Assembléia Legislativa a gente tem feito isso, como forma de... porque às vezes tem isso, às vezes tem um sindicato, tem uma greve, mas ficam o tempo todo passando desenho animado ou programas de televisão, aí eu disse: não, vamos aproveitar o televisor que eles têm e vamos mandar um lote de fitas e deixem lá as fitas rolando que é uma forma de ir se informando de alguma coisa e vai animando o pessoal porque vai vendo outras lutas.”*

Existe uma consciência bastante clara por parte dos que fazem o CEDOP da clivagem ideológica existente no que diz respeito ao tratamento da informação. O entrevistado recusa explicitamente a pretensa imparcialidade da comunicação.

*“... você não pode dizer assim: a comunicação é imparcial. O que é imparcial na vida? Não existe. Em cima do muro? Onde é que é? Isso não existe, essa comunicação tem que ser imparcial. A gente aprende teoricamente que a comunicação tem que ser imparcial, agora não dá para você ver um agricultor apanhando e fazer uma reportagem... Por exemplo, nós fomos para fazenda Boa Vista, qualquer pessoa que chega lá, que não entende nada de nada, você vai ver que ela não é produtiva. Tinha alguns pés de acerola, ao lado da casa-grande, alguns, eu acho que não chega a cinquenta pés de acerola, aí vai a*

---

<sup>5</sup> Ordem dos Advogados do Brasil

<sup>6</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

<sup>7</sup> Fundação Nacional do Índio

*gente que já tem uma prática desde mil novecentos e quanto? 87, fazendo vídeo em cima dessa coisas, aí a menina viu o pé de acerola, foi uma repórter, que eu não posso dizer por uma questão de ética, de um jornal aqui de João Pessoa e ela diz assim: 'é realmente a terra é produtiva.' Mas como uma terra que tem não sei quantos mil hectares e que tem cinqüenta pés de acerola você pode dizer que... (...) Porque, segundo dados do INCRA, tem que ser, parece que 70 a 80 por cento, e aí a repórter vai, pode ser falta de conhecimento de causa ou pode ser falta de compromisso político e na matéria dela vai sair que a terra é produtiva. Agora a gente foi lá e filmou e viu que a terra não é produtiva. Então a gente coloca que a terra... aí vai ter o choque entre o jornal tal ou o noticiário tal e o que a gente veicula, porque são duas leituras do mesmo fato, não dá, então o pessoal fica muito assim... Não, mas essa coisa da imparcialidade... Olha não peça imparcialidade porque isso não existe, o que a gente não pode é (...) inventar estórias em cima disso, a gente não pode, agora os fatos estão aí. Se o agricultor disse que apanhou e você prova e tá vendo o cara, a pessoa cortada, por que não vai mostrar isso?*

A prática discursiva diferencial em relação à grande mídia não impede que o CEDOP inclusive se utilize da mesma, embora num programa de horário restrito (dez minutos às sete da manhã dos domingos). Trata-se do programa do noticiário geral da arquidiocese da Paraíba intitulado “Com a Palavra”, veiculado pela televisão. Segundo o entrevistado:

*.. na medida do possível a gente coloca sempre as questões sociais. Porque a gente tem pouca chance, tem quem questione e diz assim: 'mas é demais, o programa de vocês fica sempre do lado do povo?' Ora, e a Globo num está contra, por que a gente não pode ficar a favor? Incrível.”*

O presidente do CEDOP reconhece entretanto os limites de sua atuação, ao fazer uma distinção entre o que chama “ agente político de comunicação” e “agente político de organização”:

*“ o vídeo vai ser só um meio, a proposta é essa, o pano de fundo é exatamente esse, despertar aqui... essa cidade despertar para os seus problemas e também para os seus valores, mas também junto com o campo, como é que a gente pode trazer os produtos do campo, criando uma organização na cidade, para sem intermediários, a gente na cidade ter produtos mais baratos, para isso a gente quer utilizar o vídeo. Agora só que essa parte da organização do bairro ou do campo, a gente não faz, esse não é o nosso papel, a gente quer ser agente político de comunicação, não agente político de organização, tá todo*

*dia repetindo com vocês, não é nosso papel, tem outras pessoas aí. O nosso é filmar, editar é levar, é abrir espaço para vocês. É comunicação.”*

A distinção feita acima se por um lado se situa no compreensível nível de uma divisão técnica de tarefas, por outro coloca a questão, crucial mas não insuperável, de uma complementaridade no agir, um agir que não se esgota no fazer técnico mas se prolonga no querer político.

Além do vídeo o CEDOP se vale também do teatro para produção de informação com fins de mudança social. Lima (1996) destaca as montagens de espetáculos e as apresentações dos grupos de teatro vinculados ao Departamento de Teatro Popular do CEDOP, do qual recebiam apoio financeiro e técnico. Constituíam condições para esses grupos terem apoio inclusive em termos de acesso a um guarda-roupa comum:

- a) “ter compromisso com as comunidades e pastorais (público);
- b) que seus textos sejam politicamente comprometidos com as questões de mudança social; (grifo nosso);
- c) fazer um espetáculo de qualidade técnica, porém simples.”

Segundo a forte expressão da referida pesquisadora (p. 185) “ os autores e atrizes de teatro popular não “vomitam” textos, mas no espaço cênico posicionam-se abertamente frente a sociedade, ao sistema social. Para as pessoas que realizam este tipo de trabalho, fazer teatro não é passatempo, porém é a mais pura colaboração, como cidadão, no processo de transformação.”

Curioso como com essa utilização do teatro como veículo de conscientização social (coisa já vista por sinal no início dos anos 60 com os Centros Populares de Cultura da UNE<sup>8</sup> e o MCP<sup>9</sup> ocorre uma inversão (formalista é claro) face à visão sociológica da vida social como teatralização. Para Goffman, autor de “ A encenação da vida cotidiana” (1973) e de “Os ritos de interação”(1974) a vida social é um teatro, embora um teatro particularmente perigoso. Cada ator social devendo buscar o melhor desempenho de seu papel sob pena de se afastar dos outros atores, correndo então grandes

---

<sup>8</sup> União Nacional dos Estudantes

riscos face ao dilema inelutável de “perder a face” ou “fazer boa figura”. Verdade que Bourdieu (1979) identifica esta visão como redutora (tipo de “marginalismo social” na sua expressão), pelo fato de que “reduz a realidade da ordem social à soma de representações (subjetivas) que os agentes se fazem das representações (teatrais) que lhes dão os outros agentes.” O que queremos destacar entretanto é o paralelismo (como num jogo de espelhos) existentes entre o teatro como representação consciente do social e a representação social como teatro vivido inconscientemente.

Lima (1996, p.187-188) destaca como os três componentes do teatro (ator, texto e público) estão, no teatro que ela denomina de popular, vinculados à transformação social. Nesse sentido o ator é antes de tudo um ator-militante. O texto não tem uma pura função de entretenimento, mas tem “um conteúdo comprometido com a realidade em que vive.” Por fim, o público seria na sua expressão “a essência desse teatro” em termos de identificação, participação e questionamento. Um público “que após cada apresentação debata o que viu, questione, acrescente... contribua não só com palavras, mas com atitudes concretas, com gestos simples e significativos.”

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A forma como o CEDOP produz informação, através do vídeo ou do teatro popular, tem um caráter supletivo inovador por permitir que a comunidade não só participe mas também tenha a oportunidade de se auto-avaliar ou mesmo ser avaliada por outros grupos que estejam em busca de soluções idênticas para os seus problemas.

O trabalho produzido pelo CEDOP, em algumas oportunidades, funciona como uma verdadeira arma da informação para os que compõem a chamada “sociedade da desinformação”, por mostrá-los, de forma clara, o que normalmente se pretende mascarar, além de encorajá-los na luta por melhores condições de vida.

Vale ressaltar a preocupação do CEDOP em produzir uma informação imbuída de caráter político e em linguagem acessível, conseqüência, talvez, do impacto que a ação educacional de Paulo Freire provocou e que tem reflexos até hoje.

---

<sup>9</sup> Movimento de Cultura Popular, criado na gestão Miguel Arraes, da Prefeitura do Recife.

O CEDOP tem procurado utilizar-se de meios que estão ao seu alcance para produzir informação visando a mudança social, sem esperar transformações radicais na estrutura vigente, tentando um fazer diferente. O que importa para o CEDOP é a qualidade da informação sócio-política que é produzida, contrariamente á mídia, onde a mesma é sobretudo tratada como mercadoria. Face a tal distinção perguntamo-nos pela legitimidade da mesma. A resposta a essa pergunta só poderia ser dada por uma pesquisa de avaliação aprofundada das atividades do CEDOP na sua trajetória, confrontando inclusive os discursos e práticas dos movimentos e instituições alcançadas pelo CEDOP com suas práticas e discursos dos dirigentes e técnicos dessa ONG, o que não é o caso desse artigo que apenas resulta de um trabalho exploratório para fins de pesquisa futura.

## **ABSTRACT**

*Deals with the question of information seen as a commodity, produced by the media and information as a non-commodity, which aims at social change. On the basis of an interview conducted with the coordinator of CEDOP – Centre of Documentation and Popular Publication of Paraíba, we confirmed that the production of the organisation is directed at information imbued with a political character aiming at social change. It also deals with CEDOP's activities in the field of theatre and popular video, as a way of reaching socially marginalised communities. We conclude that CEDOP's activities possess an innovatory character which functions as a weapon of information as a result of its political content and accessible language.*

## **Key-words**

**MERCHANDISE INFORMATION**

**NO MERCHANDISE INFORMATION**

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ARAÚJO, Eliany A . de. Informação e cidadania no ensino da biblioteconomia: a experiência do Curso de Mestrado em Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2 e CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 17, 1994, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1994. p. 685-696.

BOURDIEU, Pierre. *La distinction: critique sociale du jugement*. Paris: Les Editions Minuit, 1979.

- \_\_\_\_\_. *Questions de sociologie*. Paris: Les Editions Minuit, 1980.
- CARREGAL, Lúcia T. L., CORDEIRO, Rosa Inês N. Transferência de informação nos setores populares urbanos. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 2 e CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 17, 1994, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1994. p. 761-780.
- CARVALHO, Kátia de. Informação: direito do cidadão. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 16, 1991, Salvador. *Anais...* Salvador: Associação Profissional de Bibliotecários do Estado da Bahia, 1991. 2v., v. 2, p. 1172-1180.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil*: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1974.
- GOFFMAN, Erving. *La mise en scène de la vie quotidienne*. Paris: Les Editions Minuit, 1973.
- \_\_\_\_\_. *Les rites d'interaction*. Paris: Les Editions Minuit, 1974.
- LIMA, Maria J. *Documentação popular*: a trajetória dos que redefiniram seus próprios caminhos; uma visão a partir da experiência do CEDOP - Centro de Documentação e Publicação Popular da Paraíba. João Pessoa: 1996. 218 p. Dissertação ( Mestrado em Biblioteconomia) Universidade Federal da Paraíba.
- PEREIRA FILHO, Armando. Democratização da informação: o papel dos meios de comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 12 e ENCONTRO NACIONAL DE ARQUIVOS PRIVADOS, 4, 1998, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional da Paraíba, 1998.
- RAMONET, Ignatio. Apocalypse da mídia. *Le Monde Diplomatique*, Paris, v.44, n.517, abr. 1977.
- ROCHA, Maria M. O. SEDIPO: uma experiência pioneira de informação para a cidadania. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 12 e CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 17, 1994, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: Associação dos Bibliotecários de Minas Gerais, 1994. p. 749-760.